



**QUADROS DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64
2021 - Dezembro**

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO	I	6.016.826.086,78	9.366.447.305,31
Ativo Financeiro		2.509.147.142,69	2.059.686.224,41
Ativo Permanente		3.507.678.944,09	7.306.761.080,90
PASSIVO	II	5.193.298.993,13	4.891.317.684,11
Passivo Financeiro		416.517.824,44	286.456.191,11
Passivo Permanente		4.776.781.168,69	4.604.861.492,99
Saldo Patrimonial	III	823.527.093,65	4.475.129.621,20

FONTE: SOFIN / Dezembro 2021 - 21/03/2022 14:14:23



Exercício: 2021

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI N° 4.320/64
2021 - Dezembro

ESPECIFICAÇÃO	Em R\$	
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas	70.030.090,16	51.025.229,09
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	7.993.996,69	7.756.593,38
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
Total dos Atos Potenciais Ativos	78.024.086,85	58.781.822,47
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		-
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
Total dos Atos Potenciais Passivos	-	-

FONTE: SOFIN / Dezembro 2021 - 07/03/2022



Exercício: 2021

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

Em R\$

FONTES DE RECURSOS		NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
100	Recursos Ordinários - Não Vinculados		326.850.778,84	(59.377.273,33)
102	Convênios e Acordos a Fundo Perdido (Prefeitura Recife)		66.503.196,41	57.105.493,55
103	Operações de Crédito		26.782.407,85	1.473.201,37
104	Transferências do FNDE		12.718.842,12	16.835.117,94
105	Transferências do FNDE (Salário-educação)		15.771.170,98	10.194.472,79
106	Operações de Crédito - SWAP Educação		579.291,51	(3.043,94)
108	Operações de Crédito - FINISA		18.527.739,43	22.120.134,89
109	Operações de Crédito - CPAC		834.189,02	(12.983,10)
111	Recursos da Desvinculação de Receitas - DREM - EC 93/2016		2.336.374,45	-
112	Educação - Compl. Limite Constitucional		(272.851.686,29)	-
113	Transferências do FUNDEB		19.783.652,68	365.458,17
114	Saúde - Limite Constitucional		(1.254.378,81)	24.873,76
115	Saúde - Vigilância Sanitária		(70.643,25)	-
116	Transferências da CIDE		(4.792,02)	-
117	Transferências do FDS		8,28	-
119	Recursos do STCP		-	-
120	Recursos de Multas de Trânsito		234.893,23	(5.147.402,27)
121	Recursos da CIP		(3.147.163,35)	(1.875.252,36)
123	Recursos de Depósitos Judiciais e Adm. LC nº 151/2015		11.815.581,22	4.243.879,61
124	Meio Ambiente		37.961,28	1.129.314,14
125	CMR - Recursos do Limite Constitucional		22.642.918,84	42.709.053,93
126	Transferências de Doações - Incentivos Fiscais da União		33.011,62	-
127	Op. Crédito - Programa de Eficiência Municipal - PEM BB		(248.979,96)	-
129	Recursos de Incremento da Arrecadação Tributária		359.793,32	358.367,13
130	Recursos de Recuperação da Dívida Ativa		177.153,90	(225.945,35)
132	Recursos para a Defesa dos Direitos do Consumidor		750.106,40	742.590,40
133	Contrapartida de Convênio		6.254,39	-
134	Recursos de Necrópoles		-	(43.498,99)
135	Taxas de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD		(9.481.278,26)	(107.674,60)
147	Transferência Especial		4.639.993,00	-
148	Operação de Crédito - FINISA - CP Convênio		17.207,51	-
241	Recursos Próprios (Adm. Supervisionada)		31.617.727,88	25.645.406,54
242	Convênios e Acordos a Fundo Perdido (Adm. Superv.)		12.583.563,76	18.720.196,60
243	Transferências do FEAS		1.816.543,22	-
244	Transferências do SUS		115.678.388,05	65.556.789,34
245	Transferências do FNAS		5.124.838,24	7.249.246,69
246	Incentivos Fiscais e Doações		19.164.591,57	4.850.716,30
247	Transferências do Fundo Nacional de Cultura		71.643,70	-
248	Transf. do Fundo Estadual de Apoio e Desenv. Municipal		1.202.755,81	4.939.646,69
249	Recursos Próprios do Sist. Previdenciário do Município		1.647.331.171,47	1.539.098.963,45
250	Recursos Próprios do Saúde-Recife		723.721,75	651.199,89
252	Convênios com Entidades Privadas		82.417,41	-
254	Transf. Fundo a Fundo SUS - COVID - AÇÃO 21C0 - Custeio		5.558.531,66	-
255	Transf. Fundo a Fundo SUS - COVID - AÇÃO 21C0 - Invest.		3.076.685,00	-
257	Transf. Fundo a Fundo SUS - Invest. Geral - Port. 394/2020		3.215.853,54	-
258	Rec. Apoio Financ. Setor Cultural - Lei Aldir Blanc		79.024,58	8.338.744,49
323	Recursos de Depósitos Judiciais e ADM LC nº 151/2015 -- Exerc. Anteriores		5,00	-
390	Antecipação Voluntária IPTU/TRSD 2021 - Exerc. Anteriores		(32.619,60)	-
653	Transferência Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Exerc. Anteriores		990.870,87	-
Total das Fontes de Recursos		VIII	2.092.629.318,25	1.765.559.793,73



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d03ff2f3-35db-4250-a43d-26f88831c0ee

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL E SEUS ASPECTOS RELEVANTES

O Balanço Patrimonial (BP), de acordo com o artigo 105 da Lei nº 4.320/1964, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Foi elaborado em consonância com as **Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 04**, atualizada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN em janeiro de 2020, e de acordo com as **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP**, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e ao **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 8ª edição)**.

De acordo com o MCASP, a lei nº 4.320/1964 confere ao Balanço Patrimonial uma perspectiva orçamentária, ao desmembrar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em virtude da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Com o objetivo de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da referida Lei, conforme competência estabelecida no seu art. 113 foi alterada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da Portaria nº 438/2012.

Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial do município de Recife, abrangendo os Poderes Executivo (toda administração pública, direta e indireta) e Legislativo (Câmara Municipal), é composto por:

- **Quadro Principal:** elaborado utilizando-se as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido), tendo por base as contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), e apresentados em níveis sintéticos (3º nível – Subgrupo ou 4º nível – Título). Vale ressaltar que, levando em consideração as regras estabelecidas no próprio PCASP, os saldos das contas intragovernamentais foram excluídos para viabilizar a consolidação das demonstrações contábeis do Município;
- **Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes:** demonstrados pelos seus valores totais, inclusive o Saldo Patrimonial, foi concebido de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964, também fazendo uso das classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP. Importante destacar que, para fins de consolidação, da mesma forma, não foram incluídos os saldos das contas intragovernamentais, em conformidade com as normas definidas na IPC 04;



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.ce.ree.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d03ff2f3-35db-4250-a43d-26f88831c0ee

- **Quadro das Contas de Compensação:** apresenta os atos potenciais do Ativo e do Passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do Município, obtido utilizando-se a classe 8 (Controles Credores) do PCASP. Os valores dos atos potenciais já executados não foram considerados;
- **Quadro do Superávit / Déficit Financeiro:** apurado em consonância com o §2º do art.43, da Lei nº 4.320/1964, foi elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por Fonte / Destinação de Recursos.

Nota I: Ativo Circulante

✓ **Caixa e Equivalente de Caixa**

Neste subgrupo, apresentando um valor de **R\$ 814.192.826,58** (oitocentos e quatorze milhões, cento e noventa e dois mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos), tem-se o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Deste montante, destaca-se:

Descrição	Valor (Em R\$)
Caixa e Conta Única do Tesouro	451.827.315,87
Conta Única RPPS	41.607,46
Demais Contas	362.323.903,25
Total	814.192.826,58

✓ **Créditos a Curto Prazo**

Os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências, adiantamentos concedidos, tributos a recuperar/compensar e demais créditos, realizáveis no curso do exercício social subsequente alcançaram um montante de **R\$ 60.949.612,86** (sessenta milhões, novecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e doze reais e oitenta e seis centavos) no exercício de 2021. Desse valor, cerca de 41,99% correspondem aos adiantamentos concedidos.

✓ **Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo**

Correspondendo a aproximadamente 68,98% do Ativo Circulante, as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação, e que não fizeram parte das atividades operacionais do Município, resgatáveis no curto prazo, somaram o valor de **R\$ 2.592.764.372,24** (dois bilhões, quinhentos e noventa e dois milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos), que representam os Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo – RPPS. Do total



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



apurado, destaca-se:

Descrição	Valor (Em R\$)
Fundo Previdenciário – RECIPEV	2.590.996.757,69
Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores	1.158.316,93
Fundo Financeiro – RECIFIN	609.297,62
Total	2.592.764.372,24

Ainda, em relação aos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo – RPPS, a seguir estão apresentados alguns recortes das Notas Técnicas enviadas pela Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife (AMPASS), ente responsável pela Gestão do RPPS:

Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife (AMPASS)

Todos os recursos financeiros da AMPASS são movimentados através de instituições financeiras, que são Banco do Brasil e Bradesco e possui dois tipos de investimentos enquadrados no segmento Renda Fixa, que são:

- BB Previdenciário Renda Fixa Fluxo Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento, no Banco do Brasil, e;
- Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Curto Prazo Poder Público no Bradesco.

No exercício financeiro de 2021, os fundos de investimentos foram alocados ao subgrupo 1.1.4.0.0.00.00 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo à conta contábil 1.1.4.1.1.09.04 – Fundos de Investimento em Renda Fixa ou Referenciados, com saldo em 31/12/2021 de **R\$ 1.158.316,93**.

Fundo Previdenciário – RECIPEV

“Quanto ao regime previdenciário, sob o aspecto financeiro, é classificado como um fundo de capitalização, que por sua vez opõe-se à ideia de pacto intergeracional. As técnicas adotadas assemelham-se a de um seguro comum ou de uma poupança onde cada indivíduo fica responsável pelo custeio de seu benefício. Conseqüentemente, existe a ideia de acumulação.

O valor do benefício, portanto, dependerá diretamente do quanto o contribuinte aportou desde o início no fundo de sua inscrição. A gerência desse valor no mercado permitirá que, ao final, haja quantia suficiente para custear sua aposentadoria.

Os recursos dos regimes próprios de previdência social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições da Resolução CMN nº 4.963/2021, no exercício financeiro de 2021.

Todos os recursos do RECIPEV são movimentados através de instituições financeiras.



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d03ff2f3-354b-4250-a43d-26f88831c0ee

No exercício financeiro de 2021, os fundos foram alocados ao subgrupo 1.1.4.1.1.00.00 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, conforme enquadramento da Resolução CMN nº 4.392/2014, com registro contábil “MARCAÇÃO NA CURVA”. São elas:

- 1.1.4.1.1.09.00 – Aplicações em Segmento de Renda Fixa – RPPS. Art.7º;
- 1.1.4.1.1.09.01 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro. Art. 7º, inciso “I”, alínea “a”;
- 1.1.4.1.1.09.04 – Fundos de Investimento em Renda Fixa ou Referenciados. Art. 7º, inciso “III”, alínea “a”;
- 1.1.4.1.1.09.06 – Fundos de Investimento em Renda Fixa ou Referenciados – IMA/IDKA. Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.992/2010;
- 1.1.4.1.1.09.07 – Fundos de Investimento em Direitos Creditórios. Art. 7º, inciso “VII”, alínea “a”;
- 1.1.4.1.1.09.08 – Fundos de Investimento em Títulos do Tesouro. Art. 7º, inciso “I”, alínea “b”;
- 1.1.4.1.1.10.00 – Aplicações em Segmento de Renda Variável – RPPS. Art.8º;
- 1.1.4.1.1.10.02 – Fundos de Investimento em Ações. Art. 8º, inciso “I”, alínea “a”;
- 1.1.4.1.1.10.03 – Fundos de Investimento Multimercado. Art. 8º, inciso “III”;
- 1.1.4.1.1.10.04 – Fundos de Índices Referenciados em Ações. Art. 8º, inciso “I”, alínea “b”;
- 1.1.4.1.1.10.05 – Fundos de Investimento em Participações. Art. 8º, inciso “IV”, alínea “a”;
- 1.1.4.1.1.11.00 – Aplicações em Segmento Imobiliário – RPPS. Art.8º;
- 1.1.4.1.1.11.01 – Fundos de Investimento Imobiliário. Em conformidade com as Resoluções CMN nº. 3.992/2010 e nº 4.392/2014.

Além de contas para Variação Patrimonial Aumentativa e Variação Patrimonial Diminutiva com Investimentos.

Renda Fixa – Variação Patrimonial Aumentativa:

- 1.1.4.1.1.09.99 – Atualizações/Ganhos em Investimentos de Renda Fixa;
- 4.6.1.3.1.01.00 – Ganho/Atualização com Investimentos Títulos Públicos – Renda Fixa - RPPS.

Renda Fixa – Variação Patrimonial Diminutiva:

- 1.1.4.9.1.01.00 – (–) Ajuste Perdas Estimadas com Títulos e Valores Mobiliários;
- 3.6.1.4.1.03.00 – Redução a Valor Recuperável de Investimentos do RPPS.

Renda Variável – Variação Patrimonial Aumentativa:

- 1.1.4.1.1.10.99 – Atualização de Investimentos em Renda Variável;
- 4.6.1.3.1.0200 – Ganho/Atualização com Investimentos Títulos Públicos – Renda Variável – RPPS.

Renda Variável – Variação Patrimonial Diminutiva:

- 1.1.4.9.1.10.00 – (–) Ajustes com Perdas de Investimento em Renda Variável;
- 3.6.1.4.1.03.00 – Redução a Valor Recuperável de Investimentos do RPPS.

Fundo Imobiliário – Variação Patrimonial Aumentativa:

- 1.1.4.1.1.99.00 – Outros Títulos e Valores Mobiliários;
- 4.6.1.3.1.0300 – Ganho/Atualização com Investimentos em Fundos Imobiliários.



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Fundo Imobiliário – Variação Patrimonial Diminutiva:

- 1.1.4.9.1.11.00 – (–) Ajustes com Perdas de Investimento em Fundos Imobiliários;
- 3.6.1.4.1.03.00 – Redução a Valor Recuperável de Investimentos do RPPS.

Ao final do exercício financeiro de 2021, saldo dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, no valor de **R\$ 2.590.996.757,69**.

Fundo Financeiro – RECIFIN

Quanto ao regime previdenciário sob o aspecto financeiro, é classificado como um fundo de repartição simples que tem por fundamento a solidariedade entre os indivíduos e um pacto entre as gerações (também chamado de “Pacto Intergeracional”). Dessa forma, aqueles trabalhadores que estão na População Economicamente Ativa (PEA) contribuem para o custeio dos benefícios daqueles que já estão no grupo da População Economicamente Inativa (PEI). Além disso, esse regime possui uma ideia de “caixa”: à medida que o dinheiro entra na previdência, esse orçamento é utilizado para pagamento dos benefícios, não havendo uma ideia de “acumulação”.

Os recursos do Regime Próprio de Previdência Social instituído pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições da Resolução CMN nº 4.963/2021, para o exercício financeiro de 2021.

Todos os recursos do RECIFIN são movimentados através de instituições financeiras, tais como o Banco do Brasil e o Bradesco. Possui, ainda, dois tipos de investimentos enquadrados no segmento Renda Fixa:

- BB Previdenciário Renda Fixa Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento, no Banco do Brasil;
- Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Curto Prazo Poder Público, no Bradesco.

No exercício financeiro de 2021, os fundos de investimento foram alocados ao subgrupo 1.1.4.0.0.00.00 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo à conta contábil: 1.1.4.1.1.09.04 – Fundos de Investimento em Renda Fixa ou Referenciados, conforme enquadramento da Resolução CMN nº 4.392/2014, Art.7º, inciso III, alínea “a”, com saldo em 31/12/2021 de **R\$ 609.297,62**.

✓ **Estoques**

Os bens em almoxarifado são registrados e controlados pelas próprias unidades gestoras, os quais refletem os inventários realizados por cada uma delas ao final do exercício.

Evidencia-se um montante de **R\$ 290.903.673,77** (duzentos e noventa milhões, novecentos e três mil, seiscentos e setenta e três reais e setenta e sete centavos), que compreende os valores dos bens adquiridos por cada unidade, com o objetivo de utilização própria no curso normal das suas atividades, distribuído entre os órgãos / entidades conforme exposto a seguir:



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Descrição	Valor (Em R\$)
Fundo Municipal de Saúde	242.270.498,19
Secretaria de Educação	33.887.593,41
Demais Entidades da Administração Indireta	8.441.492,26
Câmara Municipal do Recife	3.652.090,65
Outras Secretarias da Administração Direta	2.651.999,26
Total	290.903.673,77

Nota II: Ativo Não Circulante

✓ **Realizável a Longo Prazo**

Evidencia os bens, os direitos e as despesas antecipadas realizáveis no longo prazo. Expresso no montante de **R\$ 210.207.924,28** (duzentos e dez milhões, duzentos e sete mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos), somente Créditos a Longo Prazo são apresentados no BP do Município.

Importante enfatizar que os direitos e os títulos de crédito são mensurados ou avaliados pelo valor original, com atualização monetária na data do BP. Dos valores escriturados a título de Créditos a Longo Prazo, o mais relevante corresponde à Dívida Ativa Tributária, no montante de **R\$ 147.910.276,86** (cento e quarenta e sete milhões, novecentos e dez mil, duzentos e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos), conforme discriminado abaixo:

Descrição	Valor (Em R\$)
Dívida Ativa Tributária	14.100.484.840,31
(-) Ajustes para Perdas Tributárias	13.952.574.563,45
Total Ajustado	147.910.276,86

Ainda em relação à dívida ativa, evidencia-se que não há uma comunicação entre os sistemas utilizados pela gerência tributária com o utilizado na gerência de contabilidade. Dessa forma, o valor do estoque final da dívida é informado através do Relatório da Dívida Ativa.

Vale ressaltar que houve mudança quanto à metodologia de cálculo do ajuste para perdas de créditos tributários, causando um impacto aumentativo, diretamente no valor correspondente ao montante do Ajuste para Perdas de Créditos Tributários (compondo parte em Ajustes de Exercícios Anteriores e parte em Variação Patrimonial Diminutiva), e inversamente causando redução significativa no montante Ajustado da Dívida Tributária, conforme detalhado abaixo:



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://steecfpe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d03ff2f3-35db-4250-a43d-26f88831c0ee

NOVA METODOLOGIA	
Memória de Cálculo do Ajuste de Perdas - 2019	
Estoque da Dívida 2017	R\$ 10.010.749.683,39
Recebimentos em 2017	R\$ 52.056.462,56
% de Recebimentos 2017	0,52%
Estoque da Dívida 2018	R\$ 10.179.207.198,24
Recebimentos em 2018	R\$ 92.217.933,48
% de Recebimentos 2018	0,91%
Estoque da Dívida 2019	R\$ 10.920.460.429,74
Recebimentos em 2019	R\$ 119.676.881,28
% de Recebimentos 2019	1,10%
Média de Recebimentos	0,84%
Valor Recalculado do Ajuste para Perdas 2019	R\$ 10.828.661.374,79
Valor Provisonado - BP	R\$ 7.644.322.300,82
Variação Nova Metodologia	R\$ 3.184.339.073,97

NOVA METODOLOGIA	
Memória de Cálculo do Ajuste de Perdas - 2020	
Estoque da Dívida 2018	R\$ 10.179.207.198,24
Recebimentos em 2018	R\$ 92.217.933,48
% de Recebimentos 2018	0,91%
Estoque da Dívida 2019	R\$ 10.920.460.429,74
Recebimentos em 2019	R\$ 119.676.881,28
% de Recebimentos 2019	1,10%
Estoque da Dívida 2020	R\$ 12.889.660.810,93
Recebimentos em 2020	R\$ 124.732.404,58
% de Recebimentos 2020	0,97%
Média de Recebimentos	0,99%
Valor Recalculado do Ajuste para Perdas 2020	R\$ 12.762.073.210,11
Valor Provisonado - BP	R\$ 9.022.762.567,65
Variação Nova Metodologia	R\$ 3.739.310.642,46

NOVA METODOLOGIA	
Memória de Cálculo do Ajuste de Perdas - 2021	
Estoque da Dívida 2019	R\$ 10.920.460.429,74
Recebimentos em 2019	R\$ 119.676.881,28
% de Recebimentos 2019	1,10%
Estoque da Dívida 2020	R\$ 12.889.660.810,93
Recebimentos em 2020	R\$ 124.732.404,58
% de Recebimentos 2020	0,97%
Estoque da Dívida 2021	R\$ 14.100.484.840,31
Recebimentos em 2021	R\$ 152.754.721,72
% de Recebimentos 2021	1,08%
Média de Recebimentos	1,05%
Valor do Ajuste para Perdas 2021	R\$ 13.952.574.563,45
Exercício 2021 - Provisão de Perdas	
Saldo anterior (2020)	R\$ 9.022.762.567,65
Provisão 31.12.2021	R\$ 13.952.574.563,45
Complemento 31.12.2021	R\$ 4.929.811.995,80
Exercício 2021	R\$ 1.190.501.353,34
Exercícios Anteriores	R\$ 3.739.310.642,46

A metodologia de cálculo tem por base a média ponderada das receitas recebidas da dívida, dos últimos três exercícios pela média ponderada do estoque da dívida dos últimos três exercícios. O estoque da dívida é apresentado no Relatório Anual da Dívida Ativa Tributária, elaborado pela Gerencia Tributária. Em consequência da nova metodologia de cálculo dos ajustes para perdas, retroagiu-se os últimos três exercícios para uma melhor distribuição do valor apurado entre VPD – Variação Patrimonial Diminutiva, e os Ajustes de Exercícios Anteriores, conforme apresentado no quadro acima.

Evidenciam-se ainda neste grupo, além da dívida ativa tributária, os seguintes créditos:

Descrição	Valor (Em R\$)
Dívida Ativa Não Tributária	49.230.249,44
Demais Créditos (valores registrados na Administração Indireta)	8.927.854,66
Empréstimos e Financiamentos Concedidos (Programa de Crédito Popular do Recife – Lei nº 18.785/2021)	4.139.543,32

✓ **Imobilizado**

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, estão expressos na quantia de **R\$ 2.038.582.155,20** (dois bilhões, trinta e oito milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, cento e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).

Dentro desse grupo, merece destaque:



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



- Bens Móveis, apresentando um valor contábil de **R\$ 415.847.052,91** (quatrocentos e quinze milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, cinquenta e dois reais e noventa e um centavos). Os bens móveis são registrados na contabilidade pelo custo de aquisição e são apropriados no sistema de Patrimônio do Ente para cálculo e registro da depreciação. A taxa de depreciação utilizada segue a tabela da Receita Federal do Brasil, enquanto o processo de avaliação e reavaliação dos bens móveis não esteja concluído.

Os bens móveis, na visão consolidada, apresentam os seguintes valores:

Descrição	Valor (Em R\$)
Bens Móveis	628.689.402,43
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	212.842.349,52
(=) Valor Contábil	415.847.052,91

- Bens Imóveis, pertencentes a todos os órgãos municipais, representaram um montante de **R\$ 1.622.735.102,29**, dos quais 79,03% são Obras em Andamento. Os bens imóveis, na visão consolidada, apresentam os seguintes valores:

Descrição	Valor (Em R\$)
Bens Imóveis	1.637.387.865,92
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	14.652.763,63
(=) Valor Contábil	1.622.735.102,29

✓ **Intangível**

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Apresentando um valor contábil de **R\$ 5.800.724,11** (cinco milhões, oitocentos mil, setecentos e vinte e quatro reais e onze centavos), constituem um conjunto de ativos não monetários, sem substância física, identificáveis, controlados pela entidade e geradores de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Tais bens/direitos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição e apropriados para cálculo e registro da amortização. Deste montante, 99,59% estão aplicados em Softwares.

Os Intangíveis, na visão consolidada, apresentam os seguintes valores:

Descrição	Valor (Em R\$)
Intangível	36.196.174,51
(-) Amortização Acumulada	30.395.450,40
(=) Valor Contábil	5.800.724,11



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d03ff2f3-35db-4250-a43d-26f88831c0ee

Nota III: Passivo Circulante

✓ **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

As obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais do Município, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, estão evidenciadas no montante de **R\$ 61.728.574,18** (sessenta e um milhões, setecentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta e quatro reais e dezoito centavos).

✓ **Provisões a Curto Prazo**

No valor de **R\$ 117.682.588,46** (cento e dezessete milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta e seis centavos), correspondem aos passivos de valores incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo. Deste montante, 54,47% referem-se às Provisões para Riscos Trabalhistas e Cíveis a Curto Prazo, todas pertencentes à Administração Indireta.

✓ **Demais Obrigações de Curto Prazo**

Descritas no montante de **R\$ 113.746.320,62** (cento e treze milhões, setecentos e quarenta e seis mil, trezentos e vinte reais e sessenta e dois centavos), representam as obrigações do Município junto a terceiro não inclusos nos itens anteriores, com vencimento no curto prazo. Essas obrigações representam em sua quase totalidade as consignações previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), bem como aquelas efetuadas em folha de pagamento em favor das instituições financeiras, companhias de seguros, planos de saúde, associações e outros, além dos depósitos de terceiros.

Nota IV: Passivo Não Circulante

✓ **Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**

Os empréstimos e financiamentos do Município de longo prazo possuem um saldo de **R\$ 1.668.852.882,72** (um bilhão, seiscentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos) e são divididos em internos e externos. Os internos perfazem um total de **R\$ 1.085.203.051,47** (um bilhão, oitenta e cinco milhões, duzentos e três mil, cinquenta e um reais e quarenta e sete centavos) e representam pouco mais de 65% do total. Os externos possuem um saldo de **R\$ 583.649.831,25** (quinhentos e oitenta e três milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Somados, esses empréstimos e financiamentos de longo prazo representam pouco mais de 86% do Passivo Não Circulante. Ressalta-se que estão evidenciados no Relatório da Dívida Consolidada do Município.



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d03ff2f3-35db-4250-a43d-26f88831c0ee

✓ **Obrigações Fiscais a Longo Prazo**

Expressas no montante de **R\$ 87.072.433,13** (oitenta e sete milhões, setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e treze centavos), abrangem as obrigações das Unidades Gestoras com o governo, relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo. Estão representadas, principalmente, pelas obrigações decorrentes de parcelamentos junto à Receita Federal do Brasil, relativos à Contribuição Previdenciária ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), além de obrigações com o FGTS, o PASEP, entre outras.

✓ **Provisões a Longo Prazo**

Representadas pela soma de **R\$ 2.682.825.427,38** (dois bilhões, seiscentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte e sete reais e trinta e oito centavos), evidenciam os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo, detalhadas conforme exposto abaixo:

Descrição	Valor (Em R\$)
Provisão Matemática Previdenciária – RECIPREV	2.645.536.537,72
Provisão para Riscos Trabalhistas (Consolidado)	33.217.506,30
Provisão para Indenizações Cíveis (Consolidado)	3.462.084,74
Provisão Matemática Previdenciária – RECIFIN	609.298,62
Total	2.682.825.427,38

A seguir, destacam-se em relação às Provisões Matemáticas – RPPS, as Notas Técnicas enviadas pela Gestão do RPPS:

Provisão Matemática Previdenciária: Fundo Previdenciário – RECIPREV

Provisão Matemática Previdenciária, também denominada Passivo Atuarial, representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios calculados atuarialmente em determinada data a valor presente (MCASP- 8ª edição). A Avaliação Atuarial, elaborada com observância da Portaria MPS nº 403/2008 e assinada por profissional ou empresa devidamente registrada no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA, é o documento contábil hábil usado pelo profissional da área contábil para efetuar o registro da “Provisão Matemática Previdenciária”.

As contas que compoem o resultado da Provisão Matemática Previdenciária serão registradas no “Passivo não Circulante” ou “Passivo Exigível a Longo Prazo”, no grupo de contas denominado: “Provisões de Longo Prazo” (2.2.7.2.1.00.00).

No Relatório de Avaliação Atuarial, referente ao Plano Previdenciário – Provisões de Benefícios Concedidos, houveram registros contábeis de aumento da provisão / complementação na conta:



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.ree.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d03ff2f3-354b-4250-a43d-26f88831c0ee

- 2.2.7.2.1.03.01 – Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos no valor de **R\$ 383.252.559,43**;

No mesmo relatório, houveram registros contábeis de redução da provisão / reversão nas seguintes contas:

- 2.2.7.2.1.03.02 – (–) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS, no valor de **R\$ 66.771.165,11**;
- 2.2.7.2.1.03.03 – (–) Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS, no valor de **R\$ 12.605.603,47**;
- 2.2.7.2.1.03.04 – (–) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS, no valor de **R\$ 1.112.342,08**.

Com relação ao Plano Previdenciário “Provisões de Benefícios a Conceder, houve o registro contábil de redução da provisão/reversão nas contas:

- 2.2.7.2.1.04.01 – Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder, no valor de **R\$ 309.593.970,88**;
- 2.2.7.2.1.04.02 – (–) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS, no valor de **R\$ 4.270.438,42**;
- 2.2.7.2.1.04.03 – (–) Contribuições do Servidor para o Plano Previdenciário do RPPS, no valor de **R\$ 91.949.086,96**.

Houve o registro contábil de aumento da provisão / complementação, na conta:

- 2.2.7.2.1.04.04 – (–) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário, no valor de **R\$ 42.679.720,35**.

Com relação ao Plano Previdenciário “Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário”, houve o registro contábil de “aumento da provisão/complementação” na conta 2.2.7.2.1.07.01 – Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário, no valor de **R\$ 104.993.193,18**, conforme quadro anexo FORMA DE REGISTRO CONTÁBIL DA PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA RECIPREV – 2021, no qual se reflete a posição das contas que compuseram a “PROVISÃO DE LONGO PRAZO, em 31 de dezembro de 2021”.

Por conseguinte, para o lançamento da COMPLEMENTAÇÃO DA PROVISÃO MATEMÁTICA RECIPREV – 2021, foi utilizado o subtítulo contábil 3.9.7.2.1.00.00 – VPD (Variação Patrimonial Diminutiva de Provisões Matemáticas em Longo Prazo), no valor de **R\$ 44.622.866,04** para o fechamento das contrapartidas realizadas entre grupos de conta de “Provisões em Longo Prazo”.

A Provisão Matemática Previdenciária ou Passivo Atuarial do FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO RECIFE – RECIPREV, no valor de **R\$ 2.645.536.537,72**, registrada no Passivo Não Circulante no grupo de contas denominado, “Provisões em Longo Prazo”, ao final do exercício financeiro de 2021, foi composta pelos seguintes valores:

- Investimentos e Aplicações temporárias a curto prazoR\$ 2.590.996.758,04
- Projeção do parcelamento patronal a receber R\$ 54.539.779,68
- Provisão Matemática PrevidenciáriaR\$ 2.645.536.537,72



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021

Provisão Matemática Previdenciária: Fundo Financeiro – RECIFIN

Provisão Matemática Previdenciária, também conhecida como Passivo Atuarial, representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data a valor presente (MCASP, 8ª edição).

A Avaliação Atuarial elaborada com observância da Portaria MPS nº 403/2008 e assinada por profissional ou empresa devidamente registrada no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA é o documento contábil hábil usado pelo profissional da área contábil para efetuar o registro da “Provisão Matemática Previdenciária”.

As contas que comporão o resultado da Provisão Matemática Previdenciária, serão registradas no “Passivo não Circulante” ou “Passivo Exigível a Longo Prazo” no grupo de contas denominado “Provisões de Longo Prazo” (2.2.7.2.1.00.00).

No Relatório de Avaliação Atuarial, referente ao Plano Financeiro “Provisões de Benefícios Concedidos”, houve registro contábil com redução da provisão / reversão na conta 2.2.7.2.1.01.01 – Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos ao Plano Financeiro, no valor de **R\$ 3.798.186.288,69** e houve registros contábeis com aumento da provisão com complementação, nas contas:

- 2.2.7.2.1.01.02 – (–) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS, no valor de **R\$ 480.221.178,53**;
- 2.2.7.2.1.01.03 – (–) Contribuições do Aposentado para o Plano Financeiro do RPPS, no valor de **R\$ 113.970.085,28**;
- 2.2.7.2.1.01.04 – (–) Contribuições do Pensionista para o Plano Financeiro do RPPS, no valor de **R\$ 10.423.315,04**;
- 2.2.7.2.1.01.07 – (–) Cobertura de Insuficiência Financeira, no valor de **R\$ 3.194.008.773,19**.

Com relação ao Plano Financeiro, Provisões de Benefícios a Conceder, houve registro contábil com redução de provisão/reversão na conta 2.2.7.2.1.02.01 – Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Financeiro, no valor de **R\$ 4.006.027.530,27** e houve registros contábeis com aumento da provisão/complementação nas contas:

- 2.2.7.2.1.02.02 – (–) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS, no valor de **R\$ 999.194.553,56**;
- 2.2.7.2.1.02.03 – (–) Contribuições do Servidor para o Plano Financeiro do RPPS, no valor de **R\$ 144.247.995,60**;
- 2.2.7.2.1.02.04 – (–) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS, no valor de **R\$ 83.665.666,86**; e
- 2.2.7.2.1.02.06 – (–) Cobertura de Insuficiência Financeira, no valor de **R\$ 2.778.919.133,48**.

Por conseguinte, para o lançamento da COMPLEMENTAÇÃO DA PROVISÃO MATEMÁTICA RECIFIN 2021, foi utilizado o subtítulo contábil 3.9.7.2.1.00.00 – Variação Patrimonial Diminutiva de Provisões Matemáticas a Longo Prazo no valor de **R\$ 437.063,35** para o fechamento das contrapartidas realizadas entre grupos de conta de “Provisões a longo Prazo”.

A Provisão Matemática Previdenciária ou Passivo Atuarial do FUNDO FINANCEIRO DO RECIFE – RECIFIN, no valor de **R\$ 609.298,62** registrada no Passivo Não Circulante no grupo de contas denominado “Provisões a longo Prazo”,





PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021

ao final do exercício financeiro de 2021, representou o valor dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo de **R\$ 609.298,62**.

Nota V: Patrimônio Líquido

✓ **Resultados Acumulados**

Apresentando a soma de **R\$ 435.245.873,64** (quatrocentos e trinta e cinco milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos), conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Valor (Em R\$)
Superávits ou Déficits do Exercício	308.221.347,38
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	4.009.970.058,68
Ajustes de Exercícios Anteriores	(R\$ 3.744.831.050,74)
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão.	(R\$ 141.362.929,41)
Lucros ou Prejuízos do Exercício	469.208,89
Lucros ou Prejuízos Acumulados de Exercício Anteriores	2.779.238,84
Total	435.245.873,64

Nota VI: Movimentações Intragovernamentais

Para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito do município de Recife, foram excluídas as contas de níveis intraorçamentários, de acordo com o quadro demonstrativo abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL

	Em R\$	
ATIVO	2021	2020
1.1.3.6.2.02.01 – Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal	10.993.370,16	10.993.370,16
1.2.1.1.2.06.04 – Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal	32.980.110,04	43.973.480,08
TOTAL	43.973.480,20	54.966.850,24

PASSIVO	2021	2020
2.1.1.4.2.02.01 – Contribuição Previdenciária – RPPS – Débitos Parcelados – Patronal – Circulante	10.993.370,16	10.993.370,16
2.2.1.4.2.02.01 – Contribuição Previdenciária – RPPS – Débitos Parcelados – Patronal – ANC	32.980.110,04	43.973.480,08
TOTAL	43.973.480,20	54.966.850,24





PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d03ff2f3-35db-4250-a43d-26f88831c0ee

Nota VII: Quadros dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

✓ **Ativo (I)**

Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais e, de acordo com a IPC 04, devem ser excluídas as contas intraorçamentárias na apresentação consolidada do Ente.

O **Ativo Financeiro**, que alcançou o valor de **R\$ 2.509.147.142,69** (dois bilhões, quinhentos e nove milhões, cento e quarenta e sete mil, cento e quarenta e dois reais e sessenta e nove centavos), evidencia os créditos e valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária, e os valores numerários.

O **Ativo Permanente**, no montante de **R\$ 3.507.678.944,09** (três bilhões, quinhentos e sete milhões, seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e quarenta e quatro reais e nove centavos), apresenta os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

✓ **Passivo (II)**

O **Passivo Financeiro**, expresso na soma de **R\$ 416.517.824,44** (quatrocentos e dezesseis milhões, quinhentos e dezessete mil, oitocentos e vinte e quatro reais e quarenta e quatro centavos), demonstra as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Representam os Restos a Pagar Não Processados, os Processados e demais obrigações extraorçamentárias.

Destaca-se a composição do Passivo Financeiro:

Descrição	Valor (Em R\$)
Restos a Pagar Não Processados	215.281.626,89
Restos a Pagar Processados	97.952.625,45
Demais Obrigações Extraorçamentária	103.283.572,10
Total	416.517.824,44

O **Passivo Permanente**, que expõe as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, demonstrou a importância de **R\$ 4.776.781.168,69** (quatro bilhões, setecentos e setenta e seis milhões, setecentos e oitenta e um mil, cento e sessenta e oito reais e sessenta e nove centavos).

✓ **Saldo Patrimonial (III)**

Apresentando um montante de **R\$ 823.527.093,65** (oitocentos e vinte e três milhões, quinhentos e vinte e sete mil, noventa e três reais e sessenta e cinco centavos), resulta da diferença entre o ATIVO e o PASSIVO.



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d03ff2f3-35db-4250-a43d-26f88831c0ee

O Saldo Patrimonial do exercício de 2021, neste demonstrativo, por acrescentar os restos a pagar não processados no Passivo Circulante, de acordo com as regras de preenchimento, difere das regras de preenchimento do Balanço Patrimonial, que não evidencia a inscrição de restos a pagar não processado, nas contas patrimoniais, como evidenciado abaixo:

Descrição	Valor (Em RS)
Saldo Patrimonial (Quadro Ativos e Passivos)	823.527.093,65
(+) Restos a Pagar Processados e Não Processados	215.281.626,89
(=) Patrimônio Líquido (BP)	1.038.808.720,54

✓ **Resultado Financeiro Apurado**

Descrição	Valor (Em RS)
Ativo Financeiro	2.509.147.142,69
(-) Passivo Financeiro	416.517.824,44
(=) Superávit Financeiro do Exercício	2.092.629.318,25

Nota VIII: Quadro das Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos apresentado de forma consolidada.

Nota IX: Quadro de Superávit / Déficit Financeiro

O §2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que:

“Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas”.

Dessa forma, o **Superávit Financeiro** apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do município de Recife, conforme demonstrado na nota anterior, totaliza a cifra de **R\$ 2.092.629.318,25** (dois bilhões, noventa e dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e dezoito reais e vinte e cinco centavos), representado no Quadro de Superávit / Déficit Financeiro, bem como devidamente registrado na conta 8.2.1.1.1.01.00 – Recursos Disponíveis para o Exercício (Disponibilidade por Destinação de Recurso – DDR).



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d03ff2f3-354b-4250-a43d-26f88831c0ee

Nota X: Implantação das Novas Regras Contábeis Aplicadas ao Setor Público

Considerando o Plano de Ação do SIAFIC – Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, publicado no Diário Oficial do Município – edição nº 061, de 30 de abril de 2021, elaborado de acordo com as orientações da Nota Técnica da Confederação Nacional de Municípios nº 14/2021 e em cumprimento ao Decreto Federal nº 10.540/2020, que versa sobre um padrão mínimo de qualidade para assegurar a transparência fiscal.

Sendo o SIAFIC um sistema único e integrado de execução orçamentária, administração financeira e controle do ente, devendo ser utilizado obrigatoriamente pelos Poderes Legislativo e Executivo (por todos os órgãos e entidades da administração pública municipal), e gerenciado pelo Poder Executivo, reúne o registro de todos os atos e fatos da administração orçamentária, financeira e patrimonial, disponibilizando-a em tempo real.

Apesar do Município de Recife possuir um sistema único, o SOFIN – Sistema Orçamentário e Financeiro, já utilizado pelos Poderes Executivo e Legislativo, que atende ao MCASP, inclusive quanto a apresentação dos Balanços, de forma Consolidada, evidenciou-se que precisa haver uma atualização para atender ao novo padrão estabelecido no SIAFIC.

Diante dessas considerações, a Secretaria de Finanças está iniciando processos de contratações para atualização do Sistema Orçamentário e Financeiro do Município – SOFIN, em atendimento ao Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020, bem como para revisão e atualização das ações propostas, conforme determinado no PIPCP – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis.

Destaca-se que a Gerência Geral de Contabilidade do Município já faz o atendimento completo em vários produtos, e trabalha para que todas as demais sejam cumpridas na maior brevidade, buscando sempre garantir a qualidade da informação, atendendo ao disposto no MCASP, 8ª edição, IPCs e NBCs TSP.

Segue abaixo demonstrativo do estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP:



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
(PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	1. Adoção dos Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Contabilizar a Lei Orçamentária Anual – LOA (Receita / Despesa)	LOA registrada na Contabilidade do Município	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Disponibilizar as informações e movimentações do Plano Plurianual – PPA	Evidenciação do PPA para possibilitar registro na Contabilidade do Município	Gerência Geral de Orçamento do Município – GGOM	31/12/2020	Aguardando
Mapear o Plano Plurianual – PPA	PPA registrado na Contabilidade do Município	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2020	Em Andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Reconhecer os créditos tributários e não tributários por competência e a dívida ativa	Controle e registro contábeis dos créditos tributários e não tributários por competência	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM e Gerência Geral de Administração Tributária – GGAT	31/12/2020	Concluída, em parte
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estabelecer procedimentos contábeis específicos para contabilização do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS	Contabilização de acordo com o padrão estabelecido para as 03 (três) esferas de governo	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2020	Concluída, em parte
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estabelecer procedimentos contábeis para contabilização dos demais créditos a receber	Contabilização dos demais créditos	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2017	Concluída





PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.cei.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d03ff2f3-354b-4250-a43d-26f88831c0ee

Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estabelecer procedimentos contábeis específicos para contabilização da Dívida Ativa	Registro de todas as fases de contabilização da Dívida Ativa	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2015	Concluída
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Previsto	Situação Atual
Implementar controle das provisões trabalhistas	Geração na Folha de Pagamento da informação dos benefícios referentes às férias, 13º salário e indenizações trabalhistas	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM e Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital – SEPLAGTD	31/12/2019	Concluída, em parte
Implementar controle da provisão atuarial do RPPS	Contabilização da provisão atuarial do RPPS	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde do Servidor – AMPASS	31/12/2019	Concluída
Implementar controle das provisões fiscais	Contabilização de provisões decorrentes de autos de infrações lavrados	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2019	Concluída
Implementar controle das provisões cíveis	Contabilização de provisões decorrentes de indenizações a fornecedores	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2019	Concluída
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Revisar o alcance dos registros e acompanhamentos dos ativos e passivos contingente em contas de controle	Evidenciação de todos os ativos e passivos contingentes das Administrações Direta e Indireta	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2019	Concluída, em parte
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar controle dos bens móveis	Contabilização de todos os bens móveis das Administrações Direta e Indireta	Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital – SEPLAGTD e Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2019	Concluída



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d03ff2f3-35db-4250-a43d-26f88831c0ee

Implementar controle dos bens imóveis	Informações para contabilização de todos os bens imóveis das Administrações Direta e Indireta	Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital – SEPLAGTD	31/12/2019	Aguardando
Implementar depreciação dos bens móveis	Contabilização da depreciação dos bens móveis	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2019	Concluída
Implementar depreciação dos bens imóveis	Informações para contabilização da depreciação dos bens imóveis	Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital – SEPLAGTD	31/12/2019	Aguardando
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar controle dos bens de infraestrutura	Contabilização dos bens de infraestrutura do Município	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2022	Aguardando
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação ou redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar controle dos bens do patrimônio cultural	Contabilização de todos os bens do patrimônio cultural do Município	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM e Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital – SEPLAGTD	31/12/2022	Aguardando
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar parâmetros contábeis para registro e acompanhamento das operações de créditos	Controle e contabilização dos empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2019	Concluída
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (Ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar parâmetros contábeis e ajustar sistema para registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados	Contabilização das obrigações decorrentes de benefícios a empregados	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2019	Em andamento



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d03f12f3-354b-4250-a43d-26f88831c0ee

Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Definir parâmetros para reconhecimento e mensuração das provisões atuarial	Contabilização da provisão atuarial do RPPS	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde do Servidor – AMPASS	31/12/2015	Concluída
Revisar parâmetros das etapas de contabilização no reconhecimento e mensuração das provisões atuarial	Adequação da contabilização da provisão atuarial do RPPS	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde do Servidor – AMPASS	31/12/2015	Concluída
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Reconhecer as despesas com fornecedores por competência	Controle e registro das despesas por competência	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2015	Concluída
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Reconhecer a despesa por competência	Controle e registro das demais despesas por competência	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	A ser definido em ato normativo específico	Concluída
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar o controle de Ativos Intangíveis	Contabilização de todos os bens Intangíveis das Administrações Direta e Indireta	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2020	Concluída
Registrar a amortização de Ativos Intangíveis	Contabilização da amortização de bens intangíveis.	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2020	Concluída
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Realizar levantamento de outros ativos intangíveis	Contabilização e amortização de outros ativos intangíveis	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	A ser definido em ato normativo específico	Concluída
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d03ff2f3-354b-4250-a43d-26f88831c0ee

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Controlar os investimentos permanentes	Contabilização dos investimentos permanentes e respectivos ajustes de perdas e redução ao valor recuperável	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde do Servidor – AMPASS	31/12/2019	Concluída
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Controlar os Estoques	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2021	Concluída
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
A definir	Aguardando especificação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	A ser definido em ato normativo específico	-

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	1. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar os parâmetros contábeis para registro do FUNDEB	Receitas do FUNDEB contabilizadas de acordo com o MCASP	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Ação	2. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar os parâmetros contábeis para registro e acompanhamento das operações de créditos	Controle e contabilização das Operações de Créditos	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM e Gerência Geral de Administração Financeira – GGAF	-	Concluída
Ação	3. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estabelecer os procedimentos contábeis específicos para contabilização do RPPS	Contabilização de acordo com o padrão estabelecido para as 03 (três) esferas de governo	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM e Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde do Servidor – AMPASS	31/12/2020	Concluída



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.ree.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d03ff2f3-35db-4250-a43d-26f88831c0ee

Ação	4. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estabelecer procedimentos contábeis específicos para contabilização da dívida ativa	Registro de todas as fases de contabilização da dívida ativa	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2019	Concluída
Ação	5. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estabelecer procedimentos contábeis específicos para contabilização dos precatórios	Registro de todas as fases de contabilização dos precatórios	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2020	Concluída, em parte
Ação	6. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
-	Sem movimentação para contabilização	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	-

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	1. Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar PCASP 2019 Estendido – IPC 00 – Anexo 3 – Revisado até 4ª errata	PCASP 2019 Estendido – Utilizado no exercício 2019	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Implementar PCASP 2020 Estendido – IPC 00 – Anexo 3 – Revisado até 3ª errata	PCASP 2020 Estendido – Sendo utilizado no exercício 2020	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Implementar PCASP 2021 Estendido – IPC 00 – Anexo 3 – Revisado até 3ª errata	PCASP 2021 Estendido – Sendo utilizado no exercício 2021	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Implementar PCASP 2022 Estendido – IPC 00 – Anexo 3 – Revisado até 1ª errata	PCASP 2022 Estendido – Sendo utilizado no exercício 2022	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	1. Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Concretizar a atualização do Balanço Patrimonial – BP	Balanço Patrimonial de acordo com o MCASP (8ª edição) e IPC 04 (atualizada em janeiro de 2020)	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída



PREFEITURA DE RECIFE
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d03f1f2f3-354b-4250-a43d-26f88831c0ee

Concretizar a atualização do Balanço Orçamentário – BO	Balanço Orçamentário, de acordo com o MCASP (8ª edição) e IPC 07 (atualizada em janeiro de 2020)	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Concretizar a atualização do Balanço Financeiro – BF	Balanço Financeiro, de acordo com o MCASP (8ª edição) e IPC 06 (atualizada em dezembro de 2020)	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Concretizar a atualização da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o MCASP (8ª edição) e IPC 05 (atualizada em janeiro de 2020)	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Concretizar a atualização da Demonstração dos Fluxo de Caixa – DFC	Demonstração dos Fluxo de Caixa de acordo com o MCASP (8ª edição) e IPC 08 (atualizada em janeiro de 2020)	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Elaborar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de acordo com o MCASP (8ª edição)	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída

JOÃO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS
Prefeito

VIRGINIA GONÇALVES MARTINS
Gerente Geral de Contabilidade do Município
CRC 014005/O – PE